



ANALISTA JUDICIÁRIO

ÁREA APOIO ESPECIALIZADO - ARQUIVOLOGIA (413)

NOME DO(A) CANDIDATO(A)

INSCRIÇÃO

Turno

MANHÃ

PROVA

01

**Na Folha de Respostas,
no local indicado,
lembre-se de preencher o
Número da Prova!**



**instituto
aocp**

Fraudar ou tentar fraudar
Concursos Públicos é Crime!
Previsto no art. 311 - A do
Código Penal

Sobre o material recebido pelo candidato ou pela candidata

- ✓ Além deste Caderno de Questões com **cinquenta e cinco questões objetivas e uma Redação**, você receberá do fiscal de sala as Folhas de Respostas e de Versão Definitiva da Redação.
- ✓ Confira seu nome, o número do seu documento e o número de sua inscrição em todos os documentos entregues pelo fiscal. Além disso, não se esqueça de conferir seu Caderno de Questões quanto a falhas de impressão e de numeração e se o cargo/área/especialidade corresponde àquele para o qual você se inscreveu.
- ✓ O não cumprimento a qualquer uma das determinações constantes em Edital, no presente Caderno e nas Folhas de Respostas e de Versão Definitiva da Redação incorrerá na eliminação do candidato ou da candidata.

Sobre o material a ser devolvido pelo candidato ou pela candidata

- ✓ Os únicos documentos válidos para avaliação são as Folhas de Respostas e de Versão Definitiva da Redação.
- ✓ Nas Folhas de Respostas e de Versão Definitiva da Redação, preencha o campo destinado à assinatura. As respostas das questões objetivas devem ser preenchidas da seguinte maneira: ●
- ✓ Nas Folhas de Respostas e de Versão Definitiva da Redação, só é permitido o uso de caneta esferográfica transparente de cor azul ou preta. Esses documentos devem ser devolvidos ao fiscal na saída, devidamente preenchidos e assinados.

Sobre a duração da prova e a permanência na sala

- ✓ O prazo de realização da prova é de 5 (cinco) horas, incluindo a marcação da Folha de Respostas e a transcrição da Versão Definitiva da Redação.
- ✓ Após 60 (sessenta) minutos do início da prova, o candidato ou a candidata estará liberado(a) para utilizar o sanitário ou deixar definitivamente o local de aplicação, não podendo, no entanto, levar o Caderno de Questões e nenhum tipo de anotação de suas respostas.
- ✓ O candidato ou a candidata poderá levar consigo este Caderno no decurso dos últimos 30 (trinta) minutos anteriores ao horário previsto para o término da prova.
- ✓ Os(As) três últimos(as) candidatos ou candidatas só poderão retirar-se da sala juntos, após assinatura do Termo de Fechamento do Envelope de Retorno.

Sobre a divulgação das provas e dos gabaritos

- ✓ Os Cadernos de Questões e os gabaritos preliminares estarão disponíveis no site do **Instituto AACP** no endereço eletrônico www.institutoaocp.org.br, conforme previsto em Edital.

Conhecimentos Gerais**Língua Portuguesa****A ARBORIZAÇÃO URBANA EM CIDADES COMPACTAS**

*Claudio Bernardes
Engenheiro civil e vice-presidente do Secovi-SP,
A Casa do Mercado Imobiliário*

As condições microclimáticas diurnas são afetadas especialmente pela radiação solar, e o microclima em áreas específicas das cidades tem efeitos bastante perceptíveis, sobretudo no que diz respeito ao conforto térmico. [...]

A aplicação de soluções baseadas na natureza nas cidades, para mitigar os efeitos nocivos do superaquecimento urbano, e tornar as cidades mais resilientes às ondas de calor, ganhou a atenção de urbanistas e pesquisadores nas últimas décadas.

Neste contexto, projetos de arborização viária apropriadamente elaborados podem tornar-se ferramentas úteis para planejar o clima da vizinhança, resolvendo as interações entre edifícios, árvores, sistema viário e atmosfera. [...]

Adaptado de:
<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/claudiobernardes/2024/02/arborizacao-urbana-em-cidades-compactas.shtml>. Acesso em: 23 fev. 2024.

1**No último parágrafo do texto,**

- (A) a expressão “podem tornar-se” pode ser substituída por “tornam-se” sem que isso altere a semântica original do excerto.
- (B) o pronome átono pode ser anteposto ao verbo “tornar” sem que isso gere prejuízo sintático ao excerto.
- (C) o verbo “podem” é um auxiliar acurativo com a função de determinar com mais rigor os aspectos do momento da ação verbal.
- (D) o termo “apropriadamente”, por ser um advérbio, pode ser movido para o início da oração sem que isso gere incorreção gramatical ou modifique o sentido original do excerto.
- (E) A palavra “arborização” apresenta também outra grafia possível na norma-padrão: “arvorização”.

2**Assinale a alternativa que analisa corretamente o primeiro parágrafo do texto.**

- (A) A primeira oração poderia ser reescrita como “A radiação solar afeta especialmente as condições microclimáticas do dia”, mantendo-se o sentido original do excerto.
- (B) A primeira vírgula é obrigatória, visto que separa duas orações assindéticas.
- (C) O termo “bastante” apresenta a mesma classificação morfológica e função que em “Há bastante trabalho a ser feito”.
- (D) Em “[...] no que diz respeito ao conforto térmico.”, o termo em destaque pode ser adequadamente substituído por “a”.
- (E) O verbo “tem” é um verbo impessoal, com sentido equivalente a “há” e “existe”.

3**Sobre a clareza e a precisão nas comunicações oficiais, assinale a alternativa correta.**

- (A) A clareza do texto é alcançada quando este segue o princípio constitucional da publicidade.
- (B) Recomenda-se a não utilização de siglas, preferindo-se a escrita por extenso.
- (C) Devem-se usar frases longas, complexas e ricas em detalhes, para que não haja dúvidas quanto ao conteúdo do texto.
- (D) Um dos fatores que podem comprometer a clareza de uma comunicação oficial é a pressa com que ela é elaborada.
- (E) Uma das características do atributo da precisão é a manifestação do pensamento a partir do emprego de sinonímia com propósito estilístico.

Raciocínio Lógico e Matemático

4

Certa aplicação financeira exige que o capital seja investido por 4 anos, sem acréscimos ou retiradas durante esse período. Considerando que a operação se utiliza de juros simples, a uma taxa de 16% ao ano, qual será o montante disponível para uma aplicação de R\$ 50.000, nesses moldes?

- (A) R\$ 32.000.
- (B) R\$ 58.000.
- (C) R\$ 70.000.
- (D) R\$ 82.000.
- (E) R\$ 94.000.

5

Ana, Bia e Céu são irmãs trigêmeas com grande semelhança física. Sabe-se que, desde a primeira infância, para evitar confusões, uma delas sempre usava uma tiara vermelha, outra sempre usava uma tiara alaranjada e a última sempre usava uma tiara verde. Além disso, sabe-se que Ana, Bia e Céu nunca usavam outra cor de tiara, além da sua própria. Sobre o exposto, são feitas as três seguintes afirmações das quais apenas uma é verdadeira:

- “Ana não usava tiara vermelha”;
- “Céu usava tiara alaranjada”;
- “Céu não usava tiara verde”.

Assim, as cores das tiaras que Ana, Bia e Céu usavam, respectivamente, são:

- (A) vermelha, alaranjada, verde.
- (B) alaranjada, verde, vermelha.
- (C) verde, alaranjada, vermelha.
- (D) vermelha, verde, alaranjada.
- (E) alaranjada, vermelha, verde.

Noções de Direito Administrativo

6

No exercício do cargo de analista judiciário da Justiça Federal, Patrícia identificou que determinados atos administrativos parecem estar contrários ao ordenamento jurídico. Por lapso seu, um ato foi praticado contrariamente ao disposto na legislação aplicável, ao passo que um outro não é mais conveniente. Com base nessas informações, assinale a alternativa correta.

- (A) Patrícia poderá revogar o ato ilegal.
- (B) Se o ato é ilegal e inválido, Patrícia poderá revogá-lo por razões de conveniência e oportunidade.
- (C) É pacífico o entendimento de que a Administração Pública não pode declarar a nulidade dos seus próprios atos, devendo submeter tal análise e julgamento ao Poder Judiciário para fins de controle jurisdicional.
- (D) É vedado à Administração anular seus próprios atos quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles se originam direitos intangíveis.
- (E) Caso se tratem de pareceres, certidões ou atestados, considerados como meros atos administrativos, Patrícia não poderá revogá-los.

7

Os Secretários e Ministros de Estado podem ser apontados como os responsáveis pela elaboração de diretrizes e decisões de governo, atuando no primeiro escalão em órgão de cúpula da Administração Pública. Nesse contexto, de acordo com a classificação doutrinária, é correto afirmar que tais agentes públicos podem ser enquadrados como

- (A) servidores públicos estatutários, com cargo de provimento efetivo.
- (B) empregados públicos.
- (C) agentes honoríficos.
- (D) agentes políticos.
- (E) agentes contratados em caráter temporário.

8

Assinale a alternativa correta nos termos da Lei nº 12.618/2012, a qual dispõe sobre o regime de previdência complementar para os servidores públicos federais titulares de cargo efetivo.

- (A) Entende-se por patrocinador a instituição financeira responsável por gerir os recursos da previdência complementar.
- (B) Considera-se servidor o participante ou o seu beneficiário em gozo de benefício de prestação continuada.
- (C) O benefício especial é opção que importa ato jurídico perfeito.
- (D) A Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Judiciário (Funpresp-Jud) será estruturada na forma de autarquia, com personalidade jurídica de direito público.
- (E) Não poderá permanecer filiado aos respectivos planos de benefícios o participante cedido a outro órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, inclusive suas empresas públicas e sociedades de economia mista.

9

De acordo com a Lei nº 8.429/1992, que dispõe sobre a prática de atos de improbidade administrativa, é correto afirmar que

- (A) é dever do poder público oferecer contínua capacitação aos agentes públicos e políticos que atuam com prevenção ou repressão de atos de improbidade administrativa.
- (B) por falta de previsão legal, não constitui crime a representação por ato de improbidade contra agente público ou terceiro beneficiário, ainda que o autor da denúncia o saiba inocente.
- (C) o Ministério Público poderá, conforme as circunstâncias do caso concreto, celebrar acordo de não persecução civil, ainda que não haja o integral ressarcimento do dano.
- (D) constatado ato de improbidade administrativa, a apuração poderá ser realizada por comissão processante, dispensada a comunicação ao Ministério Público e ao Tribunal ou Conselho de Contas da existência de procedimento administrativo para apurar a prática de ato de improbidade, considerando a independência das esferas administrativa, penal e civil.
- (E) somente o cidadão poderá representar à autoridade administrativa competente para que seja instaurada investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade.

Noções de Direito Constitucional

10

Conforme dispõe a Constituição da República Federativa do Brasil, o alistamento eleitoral e o voto são

- (A) obrigatórios para os maiores de dezesseis anos.
- (B) facultativos para os maiores de setenta anos.
- (C) proibidos para os analfabetos.
- (D) facultativos para os maiores de sessenta e cinco anos.
- (E) proibidos para os menores de dezoito anos.

11

Ocupante do cargo de técnico judiciário, Bia concluiu outro curso de nível superior e pretende realizar concurso para provimento de cargo público em determinado Estado. Com base na Constituição da República Federativa do Brasil e entendimento do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar que

- (A) Bia poderá cumular, de forma remunerada, o cargo que atualmente ocupa (técnico judiciário) com outro de professor em Universidade Estadual.
- (B) Bia poderá cumular, de forma remunerada, o cargo que atualmente ocupa (técnico judiciário) com outro cargo técnico ou científico.
- (C) Bia não poderá cumular, de forma remunerada, o cargo que atualmente ocupa (técnico judiciário) com qualquer outro cargo público.
- (D) Bia poderá cumular, de forma remunerada, o cargo que atualmente ocupa (técnico judiciário) com outro cargo de professor em Universidade Estadual, mas não com outro cargo técnico ou científico.
- (E) Bia poderá cumular, de forma remunerada, o cargo que atualmente ocupa (técnico judiciário) com outro cargo de médico.

12

Considerando que a Constituição da República Federativa do Brasil prevê que é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, assinale a alternativa correta conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal.

- (A) É inconstitucional a imposição legal de sanções administrativas ao condutor de veículo automotor que se recuse à realização de testes, exames clínicos ou perícias voltados a aferir a influência de álcool ou outra substância psicoativa.
- (B) Não viola o princípio da presunção de inocência o indeferimento de matrícula em cursos de reciclagem de vigilante e a recusa de registro do respectivo certificado de conclusão, em razão da existência de inquérito ou ação penal sem o trânsito em julgado de sentença condenatória.
- (C) Revela-se inconstitucional a exigência de que o leiloeiro, depois de devidamente habilitado perante as Juntas Comerciais, seja obrigado, mediante despacho das mesmas Juntas, a prestar fiança, em dinheiro ou em apólices da dívida pública federal.
- (D) No campo da profissão de jornalista, não há espaço para a regulação estatal quanto às qualificações profissionais, motivo pelo qual é inconstitucional a exigência de diploma universitário em jornalismo como condição para o exercício da profissão de jornalista.
- (E) É inconstitucional impor ao motorista profissional condenado por homicídio culposo no trânsito a pena de suspensão de habilitação para dirigir veículo automotor.

Noções de Direito Penal

13

O Código Penal estabelece o conceito de funcionário público para fins penais. Nessa perspectiva, é correto afirmar que

- (A) considera-se funcionário público, para os efeitos penais, o funcionário de empresa privada contratada ou conveniada para prestação de serviços cerimoniais.
- (B) quando o servidor público for ocupante de cargo em comissão ou função de direção, a pena será aumentada em dois terços.
- (C) equipara-se a funcionário público quem exerce função em entidade paraestatal.
- (D) não pode ser equiparado a funcionário público aquele que trabalha em empresa prestadora de serviços públicos contratada para prestação de atividade típica da administração pública.
- (E) no caso do servidor público que desempenhe função de direção ou assessoramento e que incidir na prática de crime de admitir à licitação empresa ou profissional declarado inidôneo (art. 337-M do Código Penal), a pena deverá ser aumentada em um terço.

14

Em relação à Lei de Abuso de Autoridade (Lei nº 13.869/2019), assinale a alternativa correta.

- (A) O ato de decretar medida de privação da liberdade em manifesta desconformidade com as hipóteses legais não constitui abuso de autoridade, mas ilícito funcional.
- (B) A sentença penal que reconhecer ter sido o ato praticado em estrito cumprimento de dever legal faz coisa julgada no processo administrativo-disciplinar, porém não interfere no âmbito cível.
- (C) Constituem penas restritivas de direito a prestação de serviços à comunidade e a suspensão do exercício de cargo, mandato ou função, com possibilidade de serem aplicadas de forma autônoma ou cumulativamente.
- (D) A suspensão do exercício do cargo, função do mandato, se dará pelo prazo de 1 (um) a 6 (seis) meses, podendo, a critério do juiz, haver a perda dos vencimentos e das vantagens conforme fundamentação da sentença.
- (E) Será admitida ação privada se a ação penal pública não for intentada no prazo legal, hipótese em que o Ministério Público não mais poderá retomar a ação como parte principal.

15

Tício, no intuito de obter uma certidão, dirigiu-se a um órgão público municipal e foi atendido pelo servidor público Mévio. Na ocasião, Mévio disse que a certidão estaria disponível no prazo de 48 horas, mas, se lhe fosse repassada determinada quantia, poderia disponibilizar a certidão de imediato. Sabendo que essa solicitação é indevida, é correto afirmar que Mévio praticou o crime de

- (A) corrupção passiva.
- (B) peculato.
- (C) corrupção ativa.
- (D) concussão.
- (E) prevaricação.

Noções de Sustentabilidade

16

Nos termos da Constituição Federal, assinale a alternativa correta acerca do meio ambiente.

- (A) Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso especial e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.
- (B) Para assegurar a efetividade do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, incumbe à coletividade prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas.
- (C) As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.
- (D) São disponíveis as terras devolutas ou arrecadadas pelos Estados, por ações discriminatórias, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais.
- (E) Compete ao Poder Público preservar a homogeneidade e a integridade do patrimônio genético do País, bem como fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético.

Noções de Gestão Estratégica

17

Você, como analista judiciário do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, precisa conhecer e colaborar para a implantação do Plano Estratégico da Justiça Federal (PEJF), que resume as prioridades do segmento para o período de 2021 a 2026. A Resolução nº 668/2020 – CJF, de 09 de novembro de 2020, estabeleceu três elementos que estão contidos no Plano Estratégico da Justiça Federal (PEJF) e que foram discutidos pelos tribunais na forma de definições estratégicas, as quais nortearão as proposições para o novo ciclo de planejamento. Nesse sentido, assinale a alternativa que apresenta esses três elementos.

- (A) Missão, visão de futuro e macrodesafios.
- (B) Análise de dados, tendências e propósito.
- (C) Governança, missão e visão de futuro.
- (D) Estratégia, propósito e valores.
- (E) Compliance, estratégia e tendências.

18

O uso de ferramentas estratégicas é uma atribuição do analista judiciário do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2). Nessa perspectiva, a implantação do Balanced Scorecard (BSC) pode ser justificada pelos seguintes objetivos: garantir o alinhamento estratégico das unidades do TRF2; medir e monitorar o desempenho do Tribunal; estabelecer os planos de ação para atingir as metas e adotar um ciclo de melhoria contínua. Diante desse cenário, o BSC vai atingir os objetivos destacados no TRF2, pois

- (A) analisa as oportunidades, as ameaças (ambiente externo), as forças e as fraquezas (ambiente interno) do TRF2.
- (B) analisa as 4 forças estratégicas do TRF2: concorrentes, fornecedores, clientes e produtos substitutos.
- (C) analisa as estratégias de crescimento do TRF2, considerando duas dimensões: produtos e mercados.
- (D) analisa as quatro perspectivas do TRF2: a financeira, a do cliente, a de processos internos e a de inovação e aprendizagem.
- (E) analisa as opções de decisão em um processo estruturado, envolvendo a representação gráfica das soluções do TRF2.

Noções de Direitos Humanos Fundamentais e de Acessibilidade

19

O Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) destina-se a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania. Nesse contexto, acerca de tal diploma normativo, assinale a alternativa correta.

- (A) A definição de curatela de pessoa com deficiência constitui medida protetiva extraordinária, proporcional às necessidades e às circunstâncias de cada caso, e durará o menor tempo possível.
- (B) Quando necessário, a pessoa com deficiência será submetida à curatela, a qual afeta os atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e matrimonial, bem como o direito à privacidade do curatelado.
- (C) Os serviços notariais e de registro não podem negar ou criar óbices ou condições diferenciadas à prestação de seus serviços em razão de deficiência do solicitante, devendo reconhecer sua capacidade legal limitada, mas garantindo a plena acessibilidade.
- (D) O consentimento prévio, livre e esclarecido da pessoa com deficiência é prescindível para a realização de tratamento, procedimento e hospitalização.
- (E) À pessoa com deficiência internada ou em observação é assegurado o direito a acompanhante ou a atendente pessoal, devendo o órgão ou a instituição de saúde proporcionar condições adequadas para sua permanência ao menos durante o repouso noturno.

20

Sobre o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), assinale a alternativa correta.

- (A) Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de curto ou longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.
- (B) Nos serviços de emergência públicos e privados, a prioridade conferida pela Lei nº 13.146/2015 não se condiciona aos protocolos de atendimento médico.
- (C) É assegurado à pessoa com deficiência que não possua meios para prover sua subsistência nem de tê-la provida por sua família o benefício mensal de um salário-mínimo, nos termos da Lei Orgânica da Assistência Social.
- (D) Nos teatros, cinemas, auditórios e similares, como contrapartida aos gastos realizados com acessibilidade, é permitido que o valor do ingresso da pessoa com deficiência seja superior ao valor cobrado das demais pessoas.
- (E) Para emissão de documentos oficiais, será exigida a situação de curatela da pessoa com deficiência.

Conhecimentos Específicos**21**

A arquivística, ciência que estuda as funções do arquivo, além dos princípios e técnicas a serem observados no tratamento documental, tem como seu objeto intelectual

- (A) o arquivo enquanto conjunto documental.
- (B) o arquivo enquanto entidade institucional.
- (C) o documento em si mesmo.
- (D) o documento enquanto integrante de um conjunto orgânico que forma um arquivo.
- (E) a informação orgânica, ou, mais precisamente, os dados que possibilitam a informação arquivística.

22

Os documentos de arquivo possuem características que se referem tanto à sua estrutura física (caracteres externos) quanto ao seu conteúdo (caracteres internos). A característica interna referente às razões pelas quais se produz um documento, considerando, nesta ordem, a função, a atividade e o trâmite desse documento, corresponde

- (A) ao conteúdo documental.
- (B) à entidade produtora.
- (C) às origens funcionais do documento.
- (D) às datas crônicas e tópicas do documento.
- (E) à forma documental.

23

Os conceitos a seguir correspondem, respectivamente, a qual terminologia arquivística?

1. Conjunto de documentos.
2. Unidade de registro de informações qualquer que seja o suporte ou formato.
3. Conjunto de documentos relacionados entre si por assunto (ação, evento, pessoa, lugar, projeto), que constitui uma unidade de arquivamento.

- (A) 1 – Documentação;
2 – Documento;
3 – Dossiê.
- (B) 1 – Dossiê;
2 – Documento;
3 – Documentação.
- (C) 1 – Documentação;
2 – Dossiê;
3 – Documento.
- (D) 1 – Dossiê;
2 – Documentação;
3 – Documento.
- (E) 1 – Documento;
2 – Documentação;
3 – Dossiê.

24

A partícula “registro” do documento “Registro de suspensão condicional de pena” corresponde a qual conceito de acordo com a literatura arquivística?

- (A) Ao conceito de espécie documental, pois registro se refere à configuração do documento conforme os signos usados para comunicar o seu conteúdo.
- (B) Ao conceito de espécie documental, pois registro corresponde à natureza das informações contidas no documento.
- (C) Ao conceito de gênero documental, pois registro se refere à configuração do documento conforme os signos usados para comunicar o seu conteúdo.
- (D) Ao conceito de gênero documental, pois registro corresponde à natureza das informações contidas no documento.
- (E) Ao conceito de tipo documental, pois registro se refere à configuração do documento conforme os signos usados para comunicar o seu conteúdo.

25

O documento de arquivo possui características próprias que o distinguem dos demais tipos de acervos, como os biblioteconômicos e museológicos. Nesse contexto, são características exclusivas de documentos de arquivo:

- I. o caráter seriado: os documentos são produzidos um a um e, com o decorrer do tempo, eles constituem séries;
- II. a gênese: os documentos são produzidos dentro de um processo natural de atividade, surgem como produto e reflexo das tarefas de seu produtor;
- III. a exclusividade: a informação contida em um documento rara vez se encontra em outro documento com idêntica extensão e intensidade.

Está(ão) correta(s):

- (A) apenas I e II.
- (B) apenas I e III.
- (C) apenas II e III.
- (D) I, II e III.
- (E) apenas II.

26

Os documentos considerados semiativos são aqueles que ainda respondem aos objetivos de sua criação, mas a baixa frequência de sua utilização não justifica que a sua custódia fique próxima daqueles que os produziram; eles devem ser conservados por razões administrativas, legais ou financeiras, porém não têm de ser utilizados para assegurar as atividades cotidianas de uma administração. Dessa forma, os documentos devem ser guardados em que tipo de arquivo?

- (A) Arquivo corrente.
- (B) Arquivo intermediário.
- (C) Arquivo permanente.
- (D) Arquivo histórico.
- (E) Arquivo setorial.

27

A Resolução CNJ nº 324/2020 institui diretrizes e normas de Gestão de Memória e de Gestão Documental, além de dispor sobre o Programa Nacional de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário – Proname. Os órgãos do Poder Judiciário devem observar as normas de Gestão Documental que são regidas por princípios e diretrizes previstos nessa resolução. Nesse contexto, assinale a alternativa que NÃO apresenta um princípio e/ou diretriz da Gestão Documental do poder judiciário.

- (A) Realização de pesquisas acadêmicas e/ou eruditas demandadas pela sociedade.
- (B) Garantia de acesso a informações necessárias ao exercício de direitos.
- (C) Adoção de critérios de transferência e de recolhimento dos documentos e processos das unidades administrativas e judiciais para a unidade de gestão documental.
- (D) Padronização das espécies, tipos, classes, assuntos e registros de movimentação de documentos e processos.
- (E) Classificação, avaliação e descrição documental mediante a utilização de normas, planos de classificação e tabelas de temporalidade documental padronizadas, visando preservar as informações indispensáveis à administração das instituições, à memória nacional e à garantia dos direitos individuais.

28

O protocolo possui normas que padronizam as suas atividades. Em relação ao encerramento e à abertura de volumes, é correto afirmar que

- (A) cada volume de um processo deverá conter, no mínimo, duzentas folhas.
- (B) quando o documento a ser incluído no processo tiver número de folhas que ultrapasse o máximo de folhas permitido no processo, ele deve ser incluído como o último documento antes de se abrir um novo volume.
- (C) quando o documento a ser incluído no processo tiver número de folhas que ultrapasse o máximo de folhas permitido no processo, o volume em que se encontra o processo deve ser encerrado e o documento colocado no volume seguinte.
- (D) caso o documento contenha, originalmente, mais de duzentas folhas, ele deve ser colocado na íntegra no processo.
- (E) caso o documento contenha, originalmente, mais de duzentas folhas, o produtor deve fazer outro documento menor para poder ser colocado no processo.

29

Os processos judiciais são classificados de acordo com as Tabelas Processuais Unificadas do Poder Judiciário criadas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O plano de classificação oriundo dessas tabelas constitui o instrumento de gestão documental que padroniza a classificação dos documentos jurisdicionais. Nesse contexto, qual é a tabela que trata do direito material e é utilizada para padronizar nacionalmente o cadastramento das matérias ou temas discutidos nos processos?

- (A) Tabela da Administração do Poder Judiciário.
- (B) Tabela de Apoio Forense.
- (C) Tabela de Movimentos Processuais.
- (D) Tabela de Classes Processuais.
- (E) Tabela de Assuntos Processuais.

30

A Tabela a seguir é a tabela de temporalidade de documentos da administração do Poder Judiciário – PCTTDA.

Classe 2 – Apoio à atividade forense

Código	Assunto	Prazo de guarda		Destinação final
		Fase corrente	Fase intermediária	Eliminação – Guarda permanente
2-10	Registro de livramento condicional	5 anos	10 anos	Eliminação
2-11	Registro de suspensão condicional de execução de pena	5 anos	10 anos	Eliminação
2-12	Controle do rol de culpados	3 anos	3 anos	Guarda permanente
2-13	Registro do depósito judicial (2ª via)	3 anos	3 anos	Guarda permanente
2-14	Registro de compromisso – Fiel depositário (2ª via)	5 anos	-	Eliminação
2-15	Registro de hastas públicas	3 anos	3 anos	Guarda permanente

Considerando as informações da tabela, quais são os códigos dos documentos que possuirão o valor secundário, após o término de sua vigência e de seu prazo precaucional?

- (A) 2-11; 2-13; 2-15.
- (B) 2-11; 2-13; 2-14; 2-15.
- (C) 2-12; 2-14; 2-15.
- (D) 2-12; 2-13; 2-15.
- (E) 2-12; 2-13; 2-14; 2-15.

31

Devido ao grande volume de documentos, um arquivo setorial do Poder Judiciário resolveu adotar o método dígito-terminal para ordenar os seus documentos no acervo. Convencionou-se o grupo primário do código para representar a estante em que a caixa-arquivo ou a pasta se encontra, o grupo secundário do código para representar a prateleira e o grupo terciário do código, por sua vez, para representar a caixa-arquivo ou a peça documental. O código 04.05.02, de acordo com a convenção adotada, representa:

- (A) estante 04; prateleira 05; caixa/peça documental 02.
- (B) estante 02; prateleira 05; caixa/peça documental 04.
- (C) estante 04; prateleira 02; caixa/peça documental 05.
- (D) estante 02; prateleira 04; caixa/peça documental 05.
- (E) estante 05; prateleira 04; caixa/peça documental 02.

32

Qual atividade a seguir NÃO se constitui como típica de arquivo permanente?

- (A) Difusão documental.
- (B) Descrição documental.
- (C) Arranjo documental.
- (D) Classificação documental.
- (E) Ordenação documental.

33

A Norma Brasileira de Descrição Arquivística (Nobrade) possui o descritor “Nível de descrição” que se encontra na “Área de identificação”. Esse descritor tem por objetivo identificar o nível da unidade de descrição. Durante a elaboração de um instrumento de pesquisa, o Tribunal Regional Federal da 2ª Região, ao ser descrito como fundo documental, receberia qual identificação numérica de acordo com a Nobrade?

- (A) 1
- (B) 2
- (C) 3
- (D) 4
- (E) 5

34

As ações culturais são uma das formas de se realizar a difusão documental em arquivos. Dessa forma, a respeito das ações culturais, informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência correta.

- () O desenvolvimento das ações culturais contribui para a conscientização cívica, desempenha um papel importante na transformação das ideias, além de atuar no processo de construção do conhecimento.
- () As ações culturais permitem aos arquivos servirem de apoio na complementação à educação formal.
- () As ações culturais priorizam os eixos da literatura, dança, música, teatro, folclore e manifestações artísticas por parte dos arquivos.

- (A) F – F – V.
- (B) F – V – V.
- (C) V – V – V.
- (D) V – F – F.
- (E) V – F – V.

35

A paleografia possui relações com outras ciências. Nesse contexto, assinale a alternativa que apresenta corretamente a denominação atribuída aos seguintes objetivos das ciências correlatas com a paleografia:

1. Tratar das inscrições em matérias não brandas.
2. Estudar os sinetes, selos, lacres em que existem informações escritas.
3. Estudar os códices medievais, geralmente gravados em pergaminho.

- (A) 1. Codicologia;
2. Esfragística;
3. Papirologia.
- (B) 1. Epigrafia;
2. Papirologia;
3. Esfragística.
- (C) 1. Epigrafia;
2. Esfragística;
3. Codicologia.
- (D) 1. Esfragística;
2. Epigrafia;
3. Codicologia.
- (E) 1. Esfragística;
2. Epigrafia;
3. Papirologia.

36

A diplomática tem como objetivos precípuos julgar a autenticidade dos documentos e interpretar o seu conteúdo. São objetos de estudo da diplomática, EXCETO

- (A) as fases de elaboração e os modos de transmissão dos documentos.
- (B) a organização e o funcionamento das chancelarias.
- (C) o estatuto dos notários que o redigiram.
- (D) os manuscritos ilegíveis para fins de decifração de seu conteúdo.
- (E) os problemas que ajudam a legitimidade e credibilidade dos documentos.

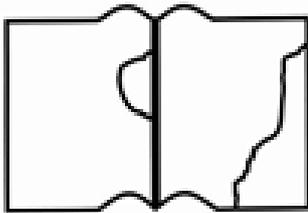
37

Os meios magnéticos são utilizados para registro e armazenamento de informação numérica, textual, som, imagens estáticas e em movimento, podendo se constituir em documentos de arquivo. Qual é o componente responsável pela permanência das partículas magnéticas em fitas (magnéticas) e que facilita o transporte desse tipo de suporte?

- (A) Aglutinante.
- (B) Lubrificante.
- (C) Substrato.
- (D) Pigmento.
- (E) Emulsão.

38

A Resolução nº 10/1999 do Conselho Nacional de Arquivos (Conarq) dispõe sobre a adoção de símbolos ISO nas sinaléticas a serem utilizadas no processo de microfilmagem de documentos arquivísticos. A sinalética a seguir deve ser utilizada para representar qual informação?



- (A) Texto manuscrito.
- (B) Texto com imagens.
- (C) Texto antigo.
- (D) Texto ilegível.
- (E) Texto deteriorado.

39

As diretrizes do produtor para a elaboração e a manutenção de materiais digitais (diretrizes para indivíduos) orienta que o produtor deve certificar-se de que os materiais digitais mantidos como documentos arquivísticos são estáveis e fixos tanto no conteúdo quanto na forma. Nesse sentido, o que significa forma fixa no contexto dos documentos digitais?

- (A) Característica de um documento arquivístico que torna a informação e os dados nele contidos imutáveis e exige que eventuais mudanças sejam feitas por meio do acréscimo de atualizações ou da produção de uma nova versão.
- (B) Qualidade de um documento arquivístico que assegura a mesma aparência ou apresentação documental cada vez que o documento é recuperado.
- (C) Qualidade de um documento arquivístico que assegura que suas apresentações documentais são limitadas e controladas por regras fixas e um armazenamento estável do conteúdo, da forma e da composição, de modo que a mesma interação, pesquisa, busca ou atividade por parte do usuário sempre produza o mesmo resultado.
- (D) Conjunto de características de um documento ou de um documento arquivístico que o identifica de forma única e o distingue dos demais. A identidade de um documento, junto com sua integridade, constitui-se em um componente de autenticidade.
- (E) Manifestação de um documento arquivístico considerada pelo produtor como sendo o seu documento arquivístico oficial e que está comumente sujeita a controles de procedimentos que não são exigidos para outras manifestações.

40

O modelo de requisitos para sistemas informatizados de gestão de processos e documentos do Poder Judiciário (Moreq-Jus) prevê requisitos, dentre outros, que se referem a funcionalidades que servem para apoiar os procedimentos de avaliação, seleção e destinação dos documentos. Nesse contexto, assinale a alternativa que apresenta um requisito que **NÃO** é considerado obrigatório, apesar de ser desejável tê-lo, de acordo com o Moreq-Jus.

- (A) Restringir as funcionalidades de destinação a usuários autorizados da unidade de gestão documental.
- (B) Para cada processo/dossiê ou documento avulso, acompanhar automaticamente os prazos de guarda determinados para a classe, assuntos, movimentos ou documentos a ele relacionados.
- (C) Prever, em determinados casos, dispositivo de aviso antes do início de uma ação de destinação.
- (D) Pedir confirmação antes de realizar as ações de destinação.
- (E) Fornecer recursos integrados à tabela de temporalidade para implementar as ações de destinação.

41

O e-ARQ Brasil (modelo de requisitos para sistemas informatizados de gestão arquivística de documentos) estabelece uma metodologia de planejamento e de implantação de um programa de gestão documental em oito passos não lineares. Nesse contexto, são produtos que podem ser gerados na etapa de “identificação das exigências a serem cumpridas para a produção de documentos”:

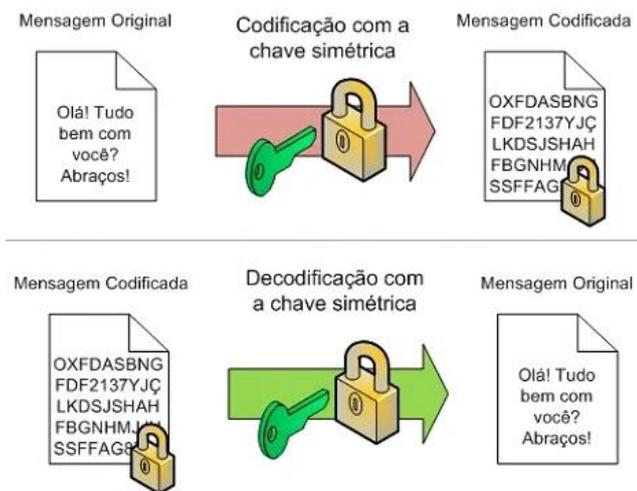
- I. inventário do sistema de gestão arquivística de documentos e dos sistemas de informação e comunicação existentes no órgão ou entidade;
- II. lista das exigências a serem cumpridas para a produção e manutenção de documentos;
- III. relatório de avaliação dos riscos decorrentes da falta de registro de uma atividade em documento arquivístico;
- IV. documento formal, regulamentando as exigências a serem cumpridas para a produção e manutenção de documentos, ou seja, definindo quais documentos devem ser produzidos, que forma documental devem apresentar e os níveis de permissão de acesso.

Estão corretos:

- (A) apenas II, III e IV.
- (B) apenas I, II e III.
- (C) apenas I e IV.
- (D) I, II, III e IV.
- (E) apenas II e III.

42

O desenho a seguir exemplifica como funciona a criptografia digital mediante uma chave simétrica.



Assinale a alternativa que apresenta corretamente a característica desse tipo de criptografia.

- (A) A criptografia simétrica realiza apenas a decifragem de uma informação através de algoritmos que utilizam a mesma chave, garantindo sigilo na transmissão e armazenamento de dados.
- (B) A criptografia simétrica consiste apenas na cifragem de uma informação através de algoritmos que utilizam respectivamente uma chave pública e uma chave privada, garantindo sigilo na transmissão e armazenamento de dados.
- (C) A criptografia simétrica realiza apenas a cifragem de uma informação através de algoritmos que utilizam a mesma chave, garantindo sigilo na transmissão e armazenamento de dados.
- (D) A criptografia simétrica consiste na cifragem e na decifragem de uma informação através de algoritmos que utilizam respectivamente uma chave pública e uma chave privada, garantindo sigilo na transmissão e armazenamento de dados.
- (E) A criptografia simétrica realiza a cifragem e a decifragem de uma informação através de algoritmos que utilizam a mesma chave, garantindo sigilo na transmissão e armazenamento de dados.

43

A admissão de documentos digitais (captura) como um dos seis grupos de requisitos gerais de gerenciamento do documento digital possui como um de seus sub-requisitos, de acordo com as diretrizes para a implantação de repositórios arquivísticos digitais confiáveis (RDC-Arq):

- (A) divulgar para a comunidade de usuários as opções disponíveis de acesso aos documentos e de entrega dos mesmos.
- (B) incluir mecanismos para monitoramento e notificação quando alguma informação de representação dos documentos no repositório estiver se tornando obsoleta ou inviável.
- (C) identificar as propriedades do documento que serão preservadas.
- (D) implementar uma política de registro dos acessos ocorridos que esteja de acordo com as necessidades de controle desses acessos, tanto da parte do repositório como dos produtores dos documentos nele admitidos.
- (E) adequar os processos do hardware e do software do sistema de backup às necessidades do repositório.

44

De acordo com a Lei nº 8.159/1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados, os arquivos do Poder Judiciário integram os arquivos de âmbito

- (A) Federal.
- (B) Federal, Estadual e Municipal.
- (C) Federal, Estadual, Municipal e do Distrito Federal.
- (D) Federal, Estadual e do Distrito Federal.
- (E) Federal e Estadual.

45

O responsável por expedir o documento classificado em qualquer grau de sigilo do Tribunal Regional Federal da 2ª Região para o seu destinatário, de acordo com o Decreto nº 7.845/2012 (que regulamenta os procedimentos para credenciamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo e dispõe sobre o Núcleo de Segurança e Credenciamento), NÃO poderá adotar o seguinte procedimento:

- (A) acondicionar os documentos em envelopes duplos.
- (B) inserir o grau de sigilo ou o teor do documento no envelope externo.
- (C) inserir no envelope interno o destinatário e o grau de sigilo do documento.
- (D) fechar, lacrar e expedir mediante recibo, o envelope interno que indicará o remetente, o destinatário e o número ou outro indicativo que identifique o documento.
- (E) inscrever a palavra “PESSOAL” no envelope que contiver documento de interesse exclusivo do destinatário.

46

O Decreto nº 7.724/2012 regulamenta a Lei nº 12.527/2011, que dispõe sobre o acesso a informações. Ela apresenta um rol de informações que deverão ser disponibilizadas pelos órgãos e entidades públicas como uma forma de garantir a transparência pública. Qual das informações a seguir pertence à transparência passiva segundo o Decreto nº 7.724/2012?

- (A) Estrutura organizacional, competências, legislação aplicável, principais cargos e seus ocupantes, endereço e telefones das unidades, horários de atendimento ao público.
- (B) Programas, projetos, ações, obras e atividades, com indicação da unidade responsável, principais metas e resultados e, quando existentes, indicadores de resultado e impacto.
- (C) Repasses ou transferências de recursos financeiros.
- (D) Atender e orientar o público quanto ao acesso à informação mediante o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) dos órgãos e entidades.
- (E) Licitações realizadas e em andamento, com editais, anexos e resultados, além dos contratos firmados e notas de empenho emitidas.

47

Com base na Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), é permitida a transferência internacional de dados pessoais nos seguintes casos:

- I. quando a transferência for necessária para a cooperação jurídica internacional entre órgãos públicos de inteligência, de investigação e de persecução, de acordo com os instrumentos de direito internacional;
- II. quando a autoridade do país destinatário da informação autorizar a transferência;
- III. quando a transferência for necessária para a proteção da vida ou da incolumidade física do titular ou de terceiros.

Está(ão) correta(s):

- (A) apenas I e II.
- (B) apenas II e III.
- (C) apenas I.
- (D) apenas III.
- (E) apenas I e III.

48

Os documentos administrativos e judiciais de guarda permanente, inalienáveis e imprescritíveis, constituem patrimônio arquivístico do Poder Judiciário e poderão ser digitalizados para possibilitar o amplo acesso, a difusão, a pesquisa e a salvaguarda dos originais físicos. O arquivista do Tribunal Regional Federal da 2ª Região deve atender a qual requisito a seguir para poder digitalizar documentos de guarda permanente conforme a Resolução nº 469/2022 (que estabelece diretrizes e normas sobre a digitalização de documentos judiciais e administrativos e de gestão de documentos digitalizados do Poder Judiciário)?

- (A) Os originais não necessariamente deverão ser mantidos no suporte em que foram produzidos.
- (B) Os originais deverão ser gerenciados de forma correlacionada com os representantes digitais, por via dos metadados de gestão arquivística.
- (C) Os documentos antigos e aqueles em frágil estado de conservação serão digitalizados mediante alimentador automático, a fim de mitigar riscos e garantir a integridade do suporte original.
- (D) O preparo e o manuseio da documentação original não precisam ser realizados com a observância de medidas de prevenção e corretivas de riscos, já que, após a digitalização, os documentos deverão ser eliminados.
- (E) A documentação permanente digitalizada será incluída em RDCArq, desenvolvido com software privado, pago e de código fechado, projetado para manter os dados em padrões de preservação digital e acesso em longo prazo.

49

Na Resolução nº 886/2024 do Conselho da Justiça Federal – CJF (que dispõe sobre o Programa de Gestão Documental e Memória da Justiça Federal de 1º e 2º graus), “conjunto de ações e práticas de preservação, valorização e difusão do patrimônio cultural dos órgãos que compõem a Justiça Federal” é uma definição de:

- (A) Gestão da Memória.
- (B) Gestão Documental.
- (C) Unidade de Gestão da Memória.
- (D) Unidade de Gestão Documental.
- (E) Unidade de Arquivo.

50

Considerando o plano de classificação a seguir, assinale a alternativa que apresenta o código em que deverá ser classificado o processo de prestação de informações em mandado de segurança.

PLANO DE CLASSIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS:

MACROFUNÇÃO

100 – Governança Judiciária

FUNÇÃO

102 – Gestão Administrativa no Poder Judiciário

SUBFUNÇÃO

102.02 – Controle da atuação administrativa do Poder Judiciário

ATIVIDADE:

102.02.01 Preparação da Sessão Plenária

102.02.02 Processamento de Feitos

102.02.03 Jurisprudência

102.02.04 Consulta

102.02.05 Procedimento de Controle Administrativo

- (A) 102.02.01
- (B) 102.02.02
- (C) 102.02.03
- (D) 102.02.04
- (E) 102.02.05

51

Os testes de unicidade, forma e importância são aplicados para verificar qual valor documental?

- (A) Probatório enquanto valor secundário do documento.
- (B) Probatório enquanto valor primário do documento.
- (C) Informacional enquanto valor secundário do documento.
- (D) Informacional enquanto valor primário do documento.
- (E) Financeiro enquanto valor primário do documento.

52

De acordo com as representações da organização realizadas nos documentos a seguir, assinale a alternativa que apresenta os métodos de ordenação adotados para cada conjunto documental.

Método – 1

000 – ADMINISTRAÇÃO GERAL
 010 – ORGANIZAÇÃO
 020 – PESSOAL
 030 – MATERIAL E PATRIMÔNIO

Método – 2

1 Administração Geral
 1-1 Finanças
 1-1-1 Pagamentos
 1-1-1-1 Terceiros

- (A) 1. Método por Assunto Alfabético Dicionário;
 2. Método por Assunto Alfabético Enciclopédico.
- (B) 1. Método por Assunto Alfabético Enciclopédico;
 2. Método por Assunto Alfabético Dicionário.
- (C) 1. Método por Assunto Numérico Decimal;
 2. Método por Assunto Numérico Duplex.
- (D) 1. Método por Assunto Numérico Duplex;
 2. Método por Assunto Numérico Decimal.
- (E) 1. Soundex;
 2. Automático.

53

Em relação à normalização da descrição arquivística, informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência correta.

- () O “Tribunal Regional Federal da 2ª Região” deve ser descrito enquanto “entidade custodiadora de documentos de arquivo” utilizando-se da ISDF.
- () A função “Gestão de Pessoas no Poder Judiciário” deve ser descrita enquanto “função” utilizando-se da ISDIAH.
- () O “Processo de auditoria em gestão de pessoas” deve ser descrito enquanto “Processo” utilizando-se da ISAD (g).

- (A) V – V – V.
- (B) F – F – F.
- (C) F – V – F.
- (D) F – F – V.
- (E) F – V – V.

54

Assinale a alternativa que apresenta um critério que NÃO deve ser considerado para definir um organismo produtor de fundos de arquivos.

- (A) A organização interna do organismo deve obrigatoriamente ser conhecida e fixada em um organograma.
- (B) O organismo que seja público ou privado deve possuir um nome e uma existência jurídica própria resultantes de ata, lei, decreto etc. precisos e datados.
- (C) O organismo deve possuir atribuições precisas e estáveis, definidas por um texto tendo valor legal e regulamentar.
- (D) A posição hierárquica administrativa do organismo deve ser definida com precisão pela ata que lhe deu origem; em particular a sua subordinação a outro organismo de nível mais elevado deve ser claramente conhecida.
- (E) O organismo deve ter um chefe responsável, beneficiando do poder de decisão correspondente ao seu nível hierárquico, ou seja, ele deve tratar dos trabalhos de sua competência sem tê-los que submeter automaticamente por decisão a uma autoridade superior.

55

A origem e o desenvolvimento da escrita são alguns dos objetos de estudo da paleografia. Considerando que cada povo da antiguidade tinha seu sistema gráfico e que se pode afirmar que a história da escrita se caracterizou mais propriamente por um processo de sucessão que de evolução, reconhece-se a existência de algumas fases em sua evolução. Os sinais, exemplificados a seguir, que significam o objeto representado, podem referir-se a uma sequência de planos ou ideias de uma narrativa. São sinais que já pressupõem um processo de análise e abstração que está presente na escrita sistemática. São sinais nos quais não se lê, mas se interpreta.

Exemplo:



O enunciado refere-se a qual fase evolutiva da escrita?

- (A) Fonografia.
- (B) Escrita embrionária.
- (C) Ideografia.
- (D) Silabografia.
- (E) Pictografia.

Instruções

A Prova Discursiva de Redação será avaliada considerando os aspectos presentes na TABELA 15.3 do Edital:

Aspectos		Pontuação máxima
1	Atendimento e desenvolvimento do tema / Informatividade e argumentação.	2
2	Coesão referencial e sequencial (intra e entre parágrafos) / Coerência (progressão, articulação, não contradição).	2
3	Atendimento à estrutura textual proposta.	2
4	Domínio da norma culta formal, com atenção aos seguintes itens: estrutura sintática de orações e períodos; elementos coesivos; concordância verbal e nominal; pontuação; regência verbal e nominal; emprego de pronomes; flexão verbal e nominal; uso de tempos e modos verbais; grafia (inclusive legibilidade); acentuação.	4
TOTAL MÁXIMO DE PONTOS		10

O candidato ou a candidata terá sua Prova Discursiva de Redação avaliada com nota 0 (zero) e estará automaticamente eliminado(a) do concurso público se:

- a) não desenvolver ou tangenciar o tema proposto;
- b) não desenvolver o tema na tipologia textual (dissertação argumentativa) exigida;
- c) apresentar acentuada desestruturação na organização textual ou atentar contra o pudor;
- d) redigir o texto a lápis ou à tinta em cor diferente de azul ou preta;
- e) não apresentar o texto na Folha de Versão Definitiva (entregando-a em branco) ou desenvolvê-lo com letra ilegível, com espaçamento excessivo entre letras, palavras, parágrafos e margens;
- f) apresentar identificação de qualquer natureza (tais como nome parcial, nome completo, outro nome qualquer, número, letra, sinal, desenho ou código);
- g) não escrever o texto em língua portuguesa;
- h) apresentar o texto com 7 (sete) linhas ou menos (sem contar o título);
- i) apresentar o texto com menos de 8 (oito) linhas autorais (não copiadas da prova, dos textos de apoio, de modelos prontos de redação ou de outras fontes) contínuas e/ou compô-lo predominantemente por cópia de trechos da coletânea ou de quaisquer outras partes da prova e/ou por reproduções (plágio) de textos divulgados em mídias digitais (sobretudo internet) ou impressas.

- A Folha de Versão Definitiva da Redação será o único documento válido para a avaliação da Prova Discursiva. As folhas para rascunho, no Caderno de Questões, são de preenchimento facultativo e não valerão para a finalidade de avaliação da Prova Discursiva de Redação.
- Na Prova Discursiva de Redação, deverá ser observado pelo candidato ou pela candidata o limite mínimo de 20 (vinte) linhas e máximo de 30 (trinta) linhas para elaborar a Versão Definitiva da Redação.
- Será desconsiderado para efeito de avaliação qualquer fragmento de texto que for escrito fora do local apropriado ou que ultrapassar a extensão de 30 (trinta) linhas permitida para a elaboração do texto.
- Textos curtos, com 19 (dezenove) linhas ou menos, serão penalizados no critério que avalia a informatividade e a argumentação, com perda de 0,5 ponto por cada linha abaixo do mínimo exigido.
- Não será corrigida e/ou lida a Folha de Versão Definitiva que for preenchida inadequadamente, não assinada, assinada em outro local que não seja o indicado na folha de rosto, amassada ou danificada de qualquer modo.

Redação

Texto 1

Mudanças climáticas tornam eventos extremos mais frequentes

O coordenador geral de Operações e Modelagem do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden), Marcelo Seluchi, alerta que as mudanças climáticas estão tornando eventos extremos mais frequentes [...]. “Os eventos extremos não podem ser atribuídos, cada um individualmente, às mudanças climáticas, mas o que pode ser atribuído às mudanças climáticas é o aumento da frequência deles. [...] Nos últimos anos, os eventos climáticos extremos estão se tornando mais frequentes. As mudanças climáticas influenciam de alguma forma tanto na intensidade quanto na frequência de ocorrências”, disse Seluchi.

Outro ponto abordado por Seluchi é que o Oceano Atlântico está consideravelmente mais quente que o normal. “Quando uma área oceânica tão extensa está mais quente do que o normal, isso responde a um aquecimento generalizado e pode ter a ver com mudanças climáticas, que aumentam a temperatura da atmosfera e dos oceanos”. Segundo o pesquisador, um oceano mais quente evapora mais umidade, e é provável que o volume de chuva que está sendo previsto tenha influência da temperatura do oceano. “A chuva provavelmente seria menor se o oceano estivesse normal ou mais frio que o normal”, diz.

Adaptado de: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-03/mudancas-climaticas-tornam-eventos-extremos-mais-frequentes>. Acesso em: 2 maio 2024.

Texto 2

61% dos brasileiros acreditam que precisarão se mudar nos próximos anos por conta das mudanças climáticas, aponta estudo

No Brasil, 61% da população acredita que, nos próximos 25 anos, precisará se mudar da região onde vive por causa do impacto das mudanças climáticas. O país ocupa o 2º lugar em um ranking mundial formado pelos 31 países que participaram do levantamento “Visões Globais Sobre As Mudanças Climáticas” (Global Views On Climate Change), realizado pelo Ipsos. A pesquisa foi produzida para a Conferência das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (COP 28), que terminou em dezembro.

[...]

Aproximadamente 1.000 pessoas foram ouvidas na pesquisa realizada no Brasil. 79% delas afirmaram que já sentem atualmente um efeito severo das mudanças climáticas onde vivem. [...] A visão sobre o futuro do clima no planeta é pessimista. 85% dos brasileiros entrevistados acham que os impactos das mudanças climáticas no país serão ainda mais intensos nos próximos 10 anos.

Adaptado de: <https://g1.globo.com/meio-ambiente/noticia/2024/01/21/61percent-dos-brasileiros-acreditam-que-precisarao-se-mudar-nos-proximos-anos-por-conta-das-mudancas-climaticas-aponta-estudo.ghtml>. Acesso em: 2 maio 2024.

Texto 3



Adaptado de: <https://www.folhadelondrina.com.br/img/inline/3240000/0x1200/Charge-160220240324664700202402152021.webp>. Acesso em: 2 maio 2024.

A partir da leitura dos Textos 1, 2 e 3, redija um texto dissertativo-argumentativo, em modalidade escrita formal da língua portuguesa, sobre o tema “**Desafios para combater os efeitos das mudanças climáticas no Brasil**”. Organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para a defesa dos seus pontos de vista.

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30
